

A PROBLEMATIZAÇÃO DO CAMPO DO ENSINO DE FILOSOFIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Augusto Rodrigues²

Elisete M. Tomazetti³

Patrícia Del Nero Velasco⁴

Resumo: As investigações sobre ensino, aprendizagem e formação filosófica são desenvolvidas, com sistematicidade, desde o final da década de 1990. No decorrer desses 30 anos, o campo do Ensino de Filosofia se tornou objeto de investigação, sendo problematizado, ora pontualmente, ora de maneira mais sistematizada. No presente texto, busca-se apresentar dois momentos históricos em que o campo do Ensino de Filosofia foi objeto de problematização, recuperando os acontecimentos político-educacionais e acadêmicos que possibilitaram o debate. No primeiro, estava em questão a necessidade de promover uma cultura acadêmica em torno do ensino de filosofia, cultivando a criação de um campo de conhecimento. No segundo momento, a problematização do campo do Ensino de Filosofia está associada à busca de cidadania-filosófica, um movimento político e acadêmico cuja proposta é debater as especificidades das pesquisas na área, a institucionalização do Ensino de Filosofia como linha de programas de pós-graduação e seu reconhecimento como subárea autônoma nas agências de fomento à pesquisa.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Cultura Acadêmica; Campo de Conhecimento; Problematização; Cidadania-Filosófica.

2 Doutor em Educação (UNESP). Professor Assistente do Departamento Interdisciplinar de Formação Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: augustorodrigues@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2574-9897>.

3 Doutora em Educação (USP). Professora Titular do Departamento de Metodologia do Ensino da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: elisete.tomazetti@ufsm.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4979-7415>.

4 Doutora em Filosofia (PUC-SP). Professora Associada do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: patricia.velasco@ufabc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4705-4474>.

Abstract: Abstract: Research on teaching, learning, and philosophical training has been systematically developed since the late 1990s. Over the course of these 30 years, the field of Philosophy Teaching has become a subject of research, being examined – sometimes, occasionally, sometimes in a more systematic way. This paper aims to present two historical moments in which the field of Philosophy Teaching was the subject of problematization, recovering the political, educational, and academical events that made the debate possible. Initially, the debate centered on the need to foster an academic culture around the Philosophy Teaching, cultivating the creation of a field of knowledge. In the second moment, the critical examination of the field of Philosophy Teaching is associated with the pursuit of philosophical citizenship, a political and academic movement whose purpose is to discuss the specific aspects of the researches in the area, the institutionalization of philosophy teaching as a research area in graduate programs and its recognition as an autonomous subfield within research funding agencies.

Keywords: Philosophy Teaching; Academic Culture; Field of knowledge; Problematization; Philosophical citizenship.

Introdução⁵

No início desta década, destaca-se junto à comunidade filosófica o debate sobre o estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia⁶ como campo de conhecimento, em seus muitos aspectos: sua emergência e suas heranças de formação (Rodrigues; Gelamo, 2021; Rodrigues, 2024; Rodrigues; Velasco, 2024; Rodrigues; Velasco; Gelamo, 2024; Bugs, 2024); as produções do campo em números (Velasco, 2020; ABEFil; GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, 2025); as especificidades epistemológicas das pesquisas (Velasco, 2022a; Ribas, 2023; Tomazetti; Ribas; Velasco, 2024; Ribas; Tomazetti, 2024); o lugar institucional e acadêmico

5 Produção vinculada ao Projeto Universal “Sobre o estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão a partir dos debates e das produções do campo” (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 44/2024, Processo 407932/2024-0).

6 Na maioria dos casos, referimo-nos ao Ensino de Filosofia na condição de campo de conhecimento em letras maiúsculas para diferenciar do ensino de filosofia enquanto temática ou prática, conforme estratégia já adotada no debate da temática. Em alguns momentos pontuais, especialmente quando observamos a necessidade de ressaltar que se trata do campo de conhecimento, adotamos as letras maiúsculas e ainda especificamos que nos referimos ao campo de conhecimento.

do campo face a outros campos de conhecimentos e áreas de pesquisa (Tomazetti, 2021; 2024a; 2024b); as distinções entre pesquisa de natureza profissional e de natureza acadêmica (Pinto; Pereira, 2024), entre outros. Mas como o campo do Ensino de Filosofia tornou-se uma problemática debatida? Responder a essa questão constitui o objetivo central deste texto.

Para tanto, destacamos como o Ensino de Filosofia foi assumido como um problema urgente para a comunidade de pesquisadoras e pesquisadores da área. Consideramos que a emergência desse debate está condicionada a fatores político-educacionais, às especificidades históricas e atuais das pesquisas na área e, especialmente, a algumas iniciativas acadêmicas que provocaram a comunidade filosófica a construir o Ensino de Filosofia como um objeto de pesquisa coletivo. Esperamos que esta iniciativa ofereça, ao final, um breve mapa do Ensino de Filosofia como problemática, com o desejo de que outras/outras pesquisadoras/es se somem à imprescindível tarefa de pensar o campo.

Promover uma cultura acadêmica, cultivar um campo de conhecimento

Nos últimos trinta anos, a primeira vez que se discutiu o Ensino de Filosofia entre a comunidade acadêmica foi em decorrência da promulgação da LDB de 1996. Aquilo que constava na Lei 9.394/96 – isto é, a importância dos conhecimentos filosóficos para a formação do cidadão – não era suficiente para garantir a presença da filosofia como disciplina obrigatória no currículo. Essa condição incerta tornou-se fundamental para mobilizar diferentes interessadas/os⁷ no ensino de filosofia na educação básica. Ainda que não tenham tido um caráter unificado, esses movimentos produziram discursos não só em defesa da obrigatoriedade da disciplina de filosofia na escola, mas também que reforçavam a necessidade de criação de uma cultura acadêmica – algo, até então, inexistente no Brasil⁸. Alguns grupos entendiam que a presença da filosofia na escola sem a construção de reflexão sobre a formação de professores de filosofia, sem criar eixos de debate, sem desenvolver pesquisas acadêmicas sobre o assunto

7 Ainda que a disciplina não fosse obrigatória na educação básica, existiam grupos que já se dedicavam à temática, através da produção de pesquisas no assunto e desenvolvendo projetos, ao exemplo das iniciativas de Filosofia para/com crianças e de filosofia no ensino médio (Fávero et al, 2004)). Além disso, existiam instituições interessadas no retorno da disciplina, especialmente as universidades privadas (Tomazetti; Benetti; 2015b).

8 Rodrigues e Gelamo (2021) mostram como as/os intelectuais dessa época diagnosticaram a ausência de uma cultura acadêmica sobre o ensino de filosofia, pois ainda que existissem algumas produções sobre a temática, as reflexões eram pontuais e sem maior sistematicidade.

seria insuficiente para que se tivessem aulas filosóficas na escola⁹. Esse discurso aparece em diversos momentos, especialmente na primeira década de 2000; mas, a título de exemplo, destacamos a apresentação da coletânea que registra o I Simpósio Sul-brasileiro sobre o Ensino de Filosofia.

Entendemos que não basta batalhar para que a legislação determine a obrigatoriedade da disciplina de filosofia no ensino médio se os cursos de filosofia não tiverem uma política de formação de professor de filosofia; se os cursos de licenciatura de filosofia não forem responsáveis e competentes para formar bons professores de filosofia que irão ocupar os postos de trabalho no ensino médio. Não basta introduzir nos currículos dos cursos disciplinas de didática ou prática de ensino, se não houver uma reflexão consistente sobre a especificidade do ensino de filosofia, sua natureza, seus novos paradigmas, seu papel no mundo de hoje. Pensar o professor de filosofia não é, simplesmente, instrumentalizá-lo didática e pedagogicamente; é preciso formá-lo em bases mais sólidas. Isto requer pesquisas, grupos de estudo, grupos de trabalho, trocas de experiências, atividades de extensão, formação continuada, registros, reflexões da própria prática, investigações do fenômeno educacional, compreensão das atuais conjunturas econômicas, políticas e sociais, articulação com as escolas, enfim, **políticas do ensino de filosofia** (Fávero; Rauber; Kohan, 2002, p. 9-10 – destaque nosso).

No trecho acima selecionado, há um dimensionamento da tarefa a ser assumida coletivamente por todas e todos interessadas/os no destino do ensino de filosofia na educação básica: criar *políticas do ensino de filosofia*, que, em nosso entender, significa instituir uma cultura acadêmica em torno do ensino de filosofia. E, dentro da linha argumentativa do texto, compreende-se que as relações de ensinar e aprender filosofia sejam alvo das práticas acadêmicas, de maneira que a discussão sobre o assunto, nas palavras dos autores, deixe o “anonimato, o espontaneísmo, o didatismo e ocupe um lugar central na reflexão dos cursos de licenciatura de filosofia” (Fávero; Rauber; Kohan, 2002, p. 9).

Para fomentar a criação de uma cultura acadêmica na temática, organizam-se eventos nacionais e regionais¹⁰, investe-se na publicação de coletâneas e livros no assunto¹¹, obras são

9 A expressão “aulas filosóficas” naquele momento visava romper com a tradicional aula de filosofia, ao modo expositivo da história da filosofia. O “filosófico” remetia à dimensão do filosofar, à construção do exercício de pensamento filosófico na sala de aula do ensino médio. Iniciava-se uma nova compreensão na qual o filosofar assumia o centro do discurso do campo.

10 Os eventos que mais repercutiram nos debates foram, especialmente, aqueles que publicaram parte de seus resultados em revistas da área e em coletâneas, ao exemplo do I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia, dos eventos dos Fórum Sul (2001-2010), Fórum Sudeste (2002; 2004), Fórum Centro-Oeste (2001-2004), e também do Simpósio sobre Ensino de Filosofia (2007; 2009; 2013).

11 A editora Unijuí publicou grande parte dos resultados dos eventos, além de pesquisas acadêmicas e outras iniciativas na temática, através de sua coleção Filosofia e Ensino. As coleções Filosofar é Preciso e Filosofia na Escola, das editoras Loyola e Vozes, respectivamente, também contribuíram para a publicização desses debates.

traduzidas¹², orientam-se teses e dissertações, promovem-se dossiês temáticos em revistas¹³. Em momentos distintos, participantes atestam a efervescência das discussões sobre o ensino de filosofia no Brasil na primeira década de 2000. Poucos anos após a publicação da LDB de 1996, no *Prefácio à edição brasileira* da tradução do livro de Guillermo Obiols, Kohan (2002) aponta a vivacidade acadêmica da questão do ensino de filosofia.

Nos últimos três anos organizaram-se, em diversas regiões do país, pelo menos sete eventos com um mínimo de 300 participantes em cada um deles para debater questões teóricas, metodológicas e políticas deste ensino; neste período, foram defendidas mais de dez dissertações de mestrado e não menos que cinco teses de doutorado; pelo menos quinze livros, incluindo coletâneas e traduções, foram publicados nestes anos (Kohan, 2002, p. 11).

Alguns anos depois, Alves (2009), em sua participação no I Simpósio sobre o Ensino de Filosofia (SIMPHILO), sediado em Campinas/SP e organizado pelo Grupo de Pesquisa Paideia da Unicamp, faz questão de retratar como a atuação da comunidade acadêmica gerou “eventos, publicações e pesquisas de mestrado, doutorado e monografias de conclusão de curso sobre o tema do ensino de Filosofia sob os mais variados enfoques, contribuindo muito para o debate” (Alves, 2009, p. 48). As percepções de Alves (2009) e de Kohan (2002) ajudam a compreender a projeção acadêmica que o ensino de filosofia adquiriu naquela época e, de certa forma, funcionam também como um testemunho autobiográfico de agentes que integraram e estimularam a construção do debate – Alves, além de contribuir com artigos e capítulos de livro, defendeu seu mestrado e doutorado no assunto, e Kohan organizou uma série de coletâneas e eventos, bem como orientou pesquisas na área, sendo um importante agenciador do debate.

De maneira geral, os discursos daí produzidos podem ser compreendidos por duas perspectivas analíticas: aqueles que defendiam a *cidadania-curricular* do ensino de filosofia e aqueles que cultivavam uma *cidadania-filosófica*¹⁴ do ensino de filosofia. O primeiro eixo corresponde a produções cujo principal objetivo era defender a obrigatoriedade da filosofia como disciplina do currículo da educação básica, argumentando, em muitos dos casos, sobre a

12 Em especial, destacamos a tradução das obras dos filósofos argentinos, Uma introdução ao Ensino de Filosofia, de Guillermo Obiols (2002), e Filosofia no Ensino Médio, de Alejandro Cerletti e Walter Kohan (1999), e a obra Ensino de Filosofia como problema filosófico, de Alejandro Cerletti (2009), que muito contribuíram para a construção do debate sobre o ensino de filosofia no Brasil. Sobre a importância do legado argentino, cf. Velasco (2022b).

13 Para uma compilação das teses, dissertações, dossiês e demais produções na área, conferir ABEPFil; GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, 2025.

14 Uma análise dos conceitos de cidadania-filosófica e cidadania-curricular se encontra presente no texto de Rodrigues, Velasco e Tomazetti (2026).

importância formativa da filosofia e da urgência de um filosofar em sala de aula. Essa percepção foi compartilhada por alguns dos integrantes dessas iniciativas acadêmicas. Fávero, em sua participação no II Simpósio Sul-Brasileiro sobre o Ensino de Filosofia, ressalta que houve pouco avanço na produção teórica sobre o ensino de filosofia. Rememorando sua vivência no I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia e no I Simpósio Sul-Brasileiro sobre o Ensino de Filosofia, critica a ingenuidade discursiva de muitos profissionais que restringem a discussão do ensino de filosofia a jargões que pouco permitem o avanço teórico:

Em novembro de 2000, participei do Congresso dos professores de Filosofia em Piracicaba e, no ano passado, organizamos o I Simpósio Sul-Brasileiro sobre o Ensino de Filosofia, mas o que percebo é que avançamos pouco na produção teórica sobre o ensino de filosofia. Grande parte das proposições feitas continuam sendo chavões: a luta pela obrigatoriedade de sua inclusão nas grades curriculares, a concepção redentora de que seu retorno representa a “tábua de salvação para a educação”, a compreensão de que ela é uma superdisciplina, de modo que, bastaria sua inclusão, por exemplo, no ensino médio, e teríamos estudantes críticos e reflexivos (Fávero, 2002, p. 431).

As impressões críticas de Fávero (2002) seriam futuramente sistematizadas pela pesquisa de Elisete Tomazetti, na qual se analisam as produções discursivas geradas nos nove Simpósios Sul-Brasileiro sobre o Ensino de Filosofia. Essa pesquisa mostra que, por ser uma questão em evidência, muitos/as agentes participaram da discussão sem ter uma trajetória prévia na temática, sem desenvolver, naquele momento, qualquer pesquisa sobre o assunto ou ainda sem serem responsáveis pela formação docente e por projetos entre a universidade e escola. Isso resultou, por conseguinte, em reflexões que se limitavam à defesa da filosofia como disciplina obrigatória no currículo:

No mesmo período em que aconteciam as reuniões de coordenadores dos cursos de Filosofia da Região Sul e os já referidos simpósios sobre ensino de filosofia, pode-se perceber a dispersão de autores que escreveram nos referidos livros. Muitos professores escreveram sobre a temática sem serem efetivos estudiosos, pesquisadores, e também professores, envolvidos com questões do ensino da Filosofia em seus cursos. [...] Por ora, constatamos a presença constante de coordenadores dos cursos de filosofia nesses eventos, aderindo à ordem discursiva que inscrevia a necessidade de retorno da disciplina no currículo escolar. (Tomazetti, 2012, p. 91-92).

Mas, ao lado dessa regularidade discursiva, também existiram produções cujo objetivo foi avançar nas questões e nos problemas do ensino de filosofia. Esses discursos podem ser captados principalmente através da ideia e necessidade de criação de uma cultura de pesquisa filosófica na área, isto é, de outorgar *cidadania-filosófica* às questões do ensino de filosofia. Era preciso transformar o ensino de filosofia em um objeto de pesquisa filosófica, de forma a se contrapor à dicotomia formativa existente nos cursos de licenciatura – que separa a formação

filosófica específica da formação educacional e pedagógica, como se as questões relacionadas à filosofia e seu ensino fossem de responsabilidade epistêmica e institucional da grande área da Educação –, bem como ao pressuposto hegemônico da Filosofia que não vê as questões educacionais-filosóficas como um problema de natureza filosófica.

Na apresentação do I Simpósio sobre o Ensino de Filosofia da Região Sudeste, Sílvio Gallo questiona o lugar secundário da licenciatura nos cursos de filosofia e mostra que, apesar disso, está surgindo um movimento de professoras e professores filósofas/os que assumem a responsabilidade de pensar filosoficamente o ensino de filosofia.

Nos últimos anos os filósofos professores de Filosofia brasileiros vêm se preocupando com questões como essas. Trata-se, quer me parecer, de **um movimento de pensar filosoficamente o ensino de Filosofia**. Um movimento que os filósofos têm tomado para si a responsabilidade de pensar a prática docente, em seus vários níveis. **Um movimento de dar cidadania, no território da Filosofia, à problemática do ensino que, até aqui, só encontrava asilo no território da educação.** (Gallo, 2004, p. 10-11 – destaque nosso).

É sob o ideal de dar cidadania ao ensino de filosofia no território da Filosofia que se pode interpretar parte das práticas discursivas e não discursivas desenvolvidas ao longo da década¹⁵. Certamente, uma dessas iniciativas envolve a criação do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar da ANPOF. O XII Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, realizado em 2006 na cidade de Salvador/BA, marca o início das reuniões do grupo, que se constituirá, ao longo de duas décadas, como um dos importantes dispositivos para cultivar institucionalmente o ensino de filosofia como um problema legitimamente filosófico¹⁶.

Retomando os fios iniciais desta seção, percebe-se que antes do retorno da filosofia à educação básica, que só seria possibilitado pela Lei 11.684/08, a discussão sobre Ensino de Filosofia como campo de conhecimento aparece para justificar a necessidade de sua própria criação no cenário nacional. Fomentar o desenvolvimento de uma cultura acadêmica em torno do ensino de filosofia através de diferentes ações significa lutar para a constituição do campo do Ensino de Filosofia. Assumindo a responsabilidade intelectual de pensar filosoficamente o ensino de filosofia, isto é, transformar o ensino de filosofia em um objeto de pesquisa filosófica,

15 Um estudo mais detalhado sobre esses movimentos da primeira década é feito por Rodrigues e Gelamo (2021).

16 Um dos objetivos da organização de um GT da ANPOF voltado ao ensino de filosofia foi criar um espaço institucional para agregar os diferentes movimentos e iniciativas na área. A escolha da ANPOF, a maior associação nacional filosófica brasileira, foi uma escolha política que visava demarcar a importância acadêmica de fomentar as pesquisas filosóficas na temática. Para conhecer detalhes da criação do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, ver Velasco (2020).

pesquisadoras/es e professoras/es forjavam os contornos iniciais de um campo de conhecimento. Como reconhece Alejandro Cerletti, ao fazer uma filosofia do ensino de filosofia, abre-se um novo campo de conhecimento dentro da Filosofia, trazendo novas problemáticas para essa grande área:

Essa mudança de perspectiva amplia notavelmente também o campo filosófico porque agora a filosofia deverá reconhecer como próprio o problema de sua transmissão ou de seu ensino, que é algo que sempre viu (sobretudo a partir da filosofia acadêmica) como um aspecto separado ou como uma questão subalterna ou menor. (Cerletti, 2003, p. 66)

A consolidação do campo só ocorreria na década seguinte, após o retorno obrigatório da disciplina de filosofia à educação básica e com a ampliação de iniciativas acadêmicas na área – conforme trataremos na próxima seção. Mas as suas bases filosófico-educacionais seriam forjadas na passagem dos anos 1990 para a primeira década de 2000. Especificamente sobre essas bases, Danelon (2008) é enfático ao destacar como os diversos eventos e as inúmeras produções acadêmicas foram fundamentais para uma mudança de eixo – do pedagógico ao filosófico – no entendimento do ensino de filosofia como problema investigativo. Se nos cursos de licenciatura em Filosofia historicamente desobrigam-se os filósofos a se preocuparem com as questões relacionadas à formação docente, agora defende-se que a “filosofia tem algo a dizer na formação de seus professores, de que é possível um olhar filosófico e de que a História da Filosofia tem reflexões filosóficas profícuas sobre a formação do professor de filosofia” (Danelon, 2008, p. 18). E essa mudança de perspectiva também ocorre nas pesquisas acadêmicas na área, desenvolvidas principalmente nos programas de pós-graduação em Educação. Na maioria dos casos, são os filósofos e filósofas, que elegeram a educação seu tema privilegiado de pesquisa, que enfrentam filosoficamente o problema do ensino de filosofia. O cenário que se apresenta “sobre a temática do ensino de filosofia se configura como um problema tratado de forma filosófica a partir, e com os conceitos da filosofia, porém a moradia que o ensino de filosofia encontra é, grosso modo, nos Programas de Pós-Graduação em Educação” (Danelon, 2008, p. 16). Assim, as bases filosófico-educacionais que, aos poucos, se constituíam nos cursos de licenciatura de filosofia e nos programas de pós-graduação cultivavam os contornos iniciais de um campo de conhecimento, cujas potencialidades e extensão podem ser mais bem observadas nas décadas seguintes.

Na próxima seção, retrataremos alguns dos acontecimentos político-educacionais e acadêmicos que permitem compreender a consolidação do Ensino de Filosofia como campo de

conhecimento. De fato, a problematização do campo – e a percepção formal¹⁷ de sua existência – só ocorrerá a partir dos anos finais da década de 2010, quando pesquisadoras e pesquisadores se propõem a investigar as especificidades epistemológicas do Ensino de Filosofia, defendendo sua autonomia acadêmica face à comunidade filosófica maior.

Pensar o Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: debater suas especificidades, defender seus direitos

A conquista do direito à filosofia como disciplina obrigatória do currículo, possibilitada pela 11.684/08, foi fundamental para manter acesa e estimular as discussões sobre o ensino de filosofia. Daí em diante, já não se tratava mais de defender a abertura de um campo de conhecimento, mas dar continuidade aos projetos inaugurados e aos novos desafios que surgiram dessa possibilidade. No Editorial do dossiê *Ensino de Filosofia*, da revista *Educação de Marília/SP*, os organizadores analisam os últimos acontecimentos em torno do ensino de filosofia no Brasil e reconhecem a potente expansão desse campo de conhecimento – sobretudo em razão dos movimentos acadêmicos estabelecidos nos anos anteriores –, bem como os novos horizontes investigativos que se abrem com o retorno da disciplina à educação básica.

A produção bibliográfica sobre o ensino de Filosofia se constituiu, dentre os campos de interface da Educação com a Filosofia, como aquele que mais cresceu na última década. Corroboram para o incremento dessa produção dois fatores primordiais. O primeiro deles é de caráter histórico, pois, após mais de duas décadas de lutas em prol do retorno da disciplina de Filosofia ao currículo escolar do Ensino Médio, finalmente, tal movimento logrou êxito, primeiro, em alguns Estados e, posteriormente, em toda a federação, com a promulgação da lei 11.684/2008. O segundo fator a ser destacado é o da característica desse movimento que, não apenas mediante a luta política, **como também pela reconstrução desse campo no meio acadêmico**, com a organização de inúmeros congressos científicos regionais, nacionais e internacionais, com o incremento das dissertações e teses nos Programas de Pós-Graduação e com a concretização de uma temática comum de pesquisa e das áreas de Educação e Filosofia. Esses foram importantes elementos que serviram para subsidiar as práticas dessa disciplina e as reflexões a seu respeito, nos últimos anos. Muitos desafios ainda estão por serem enfrentados, em virtude de sua implantação recente, das dificuldades encontradas pelos profissionais responsáveis pelo ensino de Filosofia e de sua formação para atuar como professores das escolas públicas e privadas, e não somente no nível médio do ensino. Todos esses elementos auxiliam esse tema a se constituir

17 Informalmente, quem participava das diferentes iniciativas acadêmicas na área, com raras exceções, não colocava em xeque a existência ou não do campo de conhecimento (Cf. Rodrigues; Velasco, 2024). Pelo contrário, as percepções dos agentes destacam o caráter frutífero e promissor da temática. Mas só haverá uma formalização da problemática a partir do desenvolvimento de pesquisas pontuais sobre o campo do Ensino de Filosofia, condição esta que forçou um debate coletivo sobre a questão.

em um objeto constante de discussão, dada a sua atualidade e relevância (Pagni *et al*, 2011, p. 5 – destaque nosso).

O que a percepção desses pesquisadores nos mostra é que a segunda década do século XXI se mostrou promissora para o campo do Ensino de Filosofia. A retomada do espaço escolar forçava os cursos de Filosofia a repensarem suas licenciaturas, assumindo responsabilidades formativas ignoradas por décadas. Por um lado, docentes que anteriormente não tinham uma participação ativa nas disciplinas específicas da licenciatura passaram a se envolver com os desafios emergentes, inclusive assumindo outras responsabilidades formativas dentro dos cursos, ao exemplo da coordenação de projetos de PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Por outro lado, para atender a demanda que se criava, novas vagas para o Ensino de Filosofia foram abertas nas universidades – muitas delas possibilitadas pelo REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –, em 2007. Alguns dos pesquisadores e pesquisadoras que desenvolveram suas investigações sobre o ensino de filosofia na década anterior ou que participaram ativamente das movimentações acadêmicas adentram às universidades tanto para ocupar as vagas de Ensino de Filosofia, como também em áreas afins – entre a Educação e a Filosofia. Além delas/es, novos/as agentes, que não desenvolviam, necessariamente, pesquisas na temática, também ingressam na universidade para ocupar as vagas destinadas a atender às especificidades formativas do ensino de filosofia.

Nesse sentido, os fatores políticos-institucionais – presença da filosofia na educação básica, criação do PIBID, Reuni etc. – são elementos importantes para explicar a intensificação acadêmica na área, conforme destacou Pagni *et al* (2011), porém insuficientes. Na verdade, o crescimento vertiginoso das produções acadêmicas sobre o ensino de filosofia no início da segunda década de XXI é também resultado das iniciativas político-filosóficas anteriores à lei, pois foram cruciais para instituir as bases discursivas das quais os debates e as pesquisas futuras se alimentariam. A conjunção dos fatores – institucionais e filosóficos – possibilita a autonomia e capilarização das pesquisas na área. Às/aos antigas/os participantes somam-se novas/os interessadas/os – estudantes e professoras/es – que vão desenvolvendo as investigações na área. Para relembrar as palavras de Sílvia Gallo (2015), o ensino de filosofia, aos poucos, se espalha pela universidade assim como um vírus se infiltra em um organismo, ultrapassando as barreiras de defesa – os pressupostos acadêmicos canonizados pela Filosofia – e se infiltra nas frestas, construindo seu próprio espaço institucional.

Passo essencial para a fortificação da cultura acadêmica é a elaboração de mecanismos de divulgação e debate das pesquisas, ao exemplo dos periódicos especializados. Antes do retorno da filosofia à educação básica, não existia nenhuma revista dedicada exclusivamente ao ensino de filosofia, embora houvesse acolhimento nos periódicos cujos projetos versavam entre as áreas de Educação e Filosofia¹⁸. Daí em diante, são criados três periódicos especializados: Revista do NESEF – Filosofia e Ensino (2013), REFiló – Revista Digital de Ensino de Filosofia (2015) e EFE – Revista Estudos de Filosofia e Ensino (2019). Em 2015, no editorial do número inaugural da REFiló, Elisete Tomazetti e Cláudia Benetti justificam a iniciativa, que surge para atender e dar visibilidade a demanda existente na área:

A ideia de criação nasceu aos poucos, pois acompanhávamos o movimento de retorno da Filosofia como disciplina escolar e de expansão de estudos, pesquisas e projetos sobre o tema do ensino e da aprendizagem em filosofia. Percebemos a importância de criação de um espaço que ampliasse a visibilidade do que vem sendo produzido e pensado por professores de filosofia da escola básica e dos cursos de licenciatura em filosofia; por estudantes que se dedicam ao seu ensino, seja em pesquisas ou em ações/intervenções nas escolas (Tomazetti; Benetti, 2015, p. 1).

Se a segunda década do século XXI se mostrava promissora para o ensino de filosofia, a versão final da Base Nacional Comum Curricular e a promulgação da Lei 13.415/2017, que permitiu a Reforma do Ensino Médio, deixou pesquisadoras/es e professoras/es apreensivas/os¹⁹. Nem uma década depois do retorno da filosofia à educação básica, a formação filosófica escolar se encontrava novamente ameaçada. De fato, o cenário educacional representou um grande prejuízo para o ensino de filosofia na educação básica brasileira, pois a flexibilização do currículo, a alteração da carga horária da Formação Geral Básica e a perda da filosofia de seu estatuto disciplinar promoveram certas incertezas quanto ao futuro de sua presença na escola. Inclusive, não se sabia, ao certo, como esse acontecimento impactaria no Ensino de Filosofia como campo de conhecimento. Em entrevista publicada na REFiló, Sílvia

18 Um exemplo é a Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Com o objetivo de pensar os encontros e os desencontros entre a filosofia e a educação, o número inaugural já simboliza o espaço que o ensino de filosofia teria na revista ao longo dos anos. No primeiro número, consta um dossiê “que reúne os trabalhos apresentados no III Fórum do Centro-Oeste sobre o Ensino de Filosofia, que está pensando os aspectos políticos, educacionais e filosóficos do ensino de filosofia” (nascimento, 2003, p. 1). Educação e Filosofia, revista da UFU, também possui um longo histórico de publicações sobre ensino, aprendizagem e formação docente em Filosofia.

19 Cf. Velasco, 2024, texto originalmente escrito para compor o “Relatório Diagnóstico da Filosofia no Brasil: problematizações e pautas para o governo Lula”, arquivo enviado ao Grupo Técnico de Educação do Gabinete de Transição Governamental (coordenado por José Henrique Paim Fernandes), no início de dezembro de 2022, como parte das ações da Campanha Nacional em Defesa das Ciências Humanas no Currículo da Educação Básica (CNDCH).

Gallo já avaliava com preocupação o cenário que se desenhava com a Medida Provisória nº 746, de 2016, que posteriormente aprovaria, em lei, a Reforma do Ensino Médio:

O campo do ensino de Filosofia no Brasil está razoavelmente consolidado e avançou muito nos últimos anos, especialmente depois da aprovação da obrigatoriedade do ensino de Filosofia, que nos forçou a pensá-lo criticamente. [...] Infelizmente, como afirmei antes, a reforma do Ensino Médio por decreto de cima para baixo pode por tudo isso a perder, fazendo-nos retroceder muito (Benetti; Tomazetti, 2016, p. 107-108).

Se a Lei 13.415/2017 atravancou a construção ininterrupta de uma tradição formativa filosófica de qualidade na educação básica, diminuindo a sua carga horária e atuação no espaço escolar, o campo do Ensino de Filosofia teve forças para continuar suas produções e práticas. Na contramão da reforma do ensino médio, novas iniciativas acadêmicas foram responsáveis por manter vivo o intercâmbio entre universidade e escola, fortalecendo as pesquisas na área. O PIBID e o Programa de Residência Pedagógica, ambos da CAPES, ilustram o caso. Para além deles, a criação de dois mestrados profissionais em Filosofia, Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN/CEFET-RJ) – e Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO), em 2015 e 2017 respectivamente, reforçava o interesse acadêmico pelo ensino de filosofia.

Nesse sentido, vivia-se uma contradição: ao passo que o campo do Ensino de Filosofia avançava em cenário nacional, a Reforma do Ensino Médio atrapalhava a ainda frágil, mas promissora, educação filosófica escolar. Por essa razão, no editorial do dossiê especial Filosofia e Educação/Filosofia e Ensino da Revista Sofia, Jorge Viesenteiner ressalta que, dentre os debates urgentes que implicam a comunidade filosófica, “a relação entre filosofia e educação, bem como filosofia e ensino deve (ou deveria) ocupar um espaço de discussão cada vez mais intenso e relevante” (Viesenteiner, 2017, p. 1). Um dos motivos que tornam urgente o debate consiste, justamente, na perda do espaço da filosofia na educação básica. Viesenteiner (2017) questiona se o retrato da filosofia na BNCC não é também resultado do desinteresse da comunidade filosófica em geral que, ao concentrar seus esforços exclusivamente no proveito da pesquisa, deixa de ocupar certos espaços públicos e institucionais de debates sobre a educação brasileira. Em suas palavras, “ao mesmo tempo em que o horizonte da pesquisa exegética se especializa, a ocupação de espaços políticos fundamentais para as garantias da disciplina se arrefeceu” (Viesenteiner, 2017, p. 1-2). Quando contesta a participação da comunidade filosófica nas questões do ensino de filosofia, o autor não deixa de reconhecer as profícuas iniciativas na área nas últimas décadas. Inúmeras ações foram e ainda são

fundamentais “tanto no aspecto teórico do ensino da filosofia (iniciativas que foram capazes de criar excelentes tradições de debates e um significativo amadurecimento da área), quanto no aspecto político em relação ao envolvimento nos principais debates no âmbito político” (Viesenteiner, 2017, p. 2). Considerando esse contexto, afirma que o PROF-FILO impactará significativamente no cenário filosófico brasileiro, não apenas enquanto política pública de qualificação de professoras/es, mas também pela função política que exercerá nesse momento de arrefecimento da filosofia na escola. O PROF-FILO pode se constituir como espaço de resistência teórica e institucional, envolvendo, cada vez mais, a comunidade filosófica maior no debate do ensino de filosofia.

O PROF-FILO – incluindo todos os núcleos espalhados pelo Brasil, inclusive aqui na UFES –, vem exercer também uma figura política decisiva nesse momento de arrefecimento da filosofia. E por um motivo muito simples: um mestrado profissional em filosofia é aprovado e começa a funcionar no exato momento em que a filosofia deixa de ser disciplina obrigatória na nova BNCC (pelo menos até o momento e como as coisas vão se consolidando). Essa condição, contudo, conforme já foi ventilado e debatido entre os núcleos do PROF-FILO nesse início de funcionamento, em nada fragiliza o empenho, aprofundamento e ampliação daquilo que se propõe na formação de professores, mas ao contrário, tanto fortalece quanto também se constitui como uma ramificação de ocupação – inclusive em termos institucionais – daqueles espaços políticos na educação brasileira. Nesse sentido, o PROF-FILO se converte em uma espécie de contramovimento à derrocada das condições tanto teóricas do debate quanto políticas de ocupação de espaços de decisão (Viesenteiner, 2017, p. 2).

Talvez não seja o caso de ver o PROF-FILO como uma espécie de contramovimento, centralizando em sua criação a manutenção das pesquisas na área. Contudo, a criação dos mestrados profissionais corroborou a capilarização da pesquisa e formação em ensino de filosofia no Brasil. O PPFEN e, especialmente, o PROF-FILO trouxeram novos agentes ao campo do Ensino de Filosofia, reconfigurando-o em território nacional. Se as pesquisadoras e pesquisadores do programa sediado no CEFET-RJ estão diretamente envolvidos com a educação básica, seja por atuarem nesse nível de ensino, seja por serem formadoras/es de professoras/es de filosofia, aquelas/es que atuam no PROF-FILO não necessariamente possuem o mesmo perfil. A constituição dos hoje 25 núcleos localizados nas 5 regiões do país é bastante diversa: além de profissionais que atuam nas disciplinas específicas de formação docente em filosofia de cada instituição de ensino, compõem os núcleos do PROF-FILO colegas de outros departamentos e/ou instituições, pesquisadoras/es especialistas em outras subáreas da Filosofia, professoras/es doutoras/es sem vínculo institucional. No mês-base agosto de 2025,

computavam-se, na página institucional do programa, 285 docentes credenciadas/os no PROF-FILO.

Por um lado, a expansão das pesquisas na área, principalmente por força institucional, foi um fator importante para a capilarização do campo do Ensino de Filosofia e, conseqüentemente, para a formação de outras construções discursivas. A partir das especificidades da pesquisa profissional, novos temas e objetos de interesse ao campo somam-se às temáticas consideradas tradicionais à área. Certamente, a discussão sobre produtos educacionais (Pinto; Pereira, 2019; 2024) é o maior expoente dentre os temas em questão: desde a concepção do que é um produto educacional em filosofia às categorizações destes e sua conseqüente materialização e divulgação, tem-se um leque significativo de novos debates necessário ao campo do Ensino de Filosofia. Por outro lado, nota-se, também, a retomada acrítica de debates²⁰ caros à área, há muito consolidados; surgem debates que ignoram a literatura da área e propõem discussões já amplamente enraizadas (quando não superadas) na cultura acadêmica consolidada em torno do ensino de filosofia desde o final da década de 1990 – como, por exemplo, o falso dilema em torno de ensinar filosofia ou ensinar a filosofar²¹. Um outro problema que também se tem notado é, devido à formação filosófica tradicional de muitas/os pesquisadoras/es, a falta de diálogo e prática interdisciplinar com a área da Educação (Ribas; Tomazetti, 2024).

Ao final da segunda década de 2000, o campo do Ensino de Filosofia estava em ebulição. Se os acontecimentos político-educacionais desestabilizam a continuidade qualitativa da disciplina de filosofia na educação básica, as pesquisas na área, por sua vez, se desenvolviam a todo vapor, revelando um cenário promissor, ainda que fosse desejado um maior engajamento da comunidade filosófica, como um todo, às questões relacionadas ao ensino de filosofia, conforme destaca Viesenteiner (2017). E com a multiplicação das pesquisas na área, encabeçada pela abertura dos mestrados profissionais de filosofia, formam-se outras construções discursivas, que ora fortalecem, expandem e modificam as regularidades estabelecidas nas últimas décadas, ora ignoram a construção histórica da área, gerando movimentos teóricos e práticos paralelos.

20 Principalmente no contexto da BNCC, surgem inúmeros discursos em defesa da cidadania-curricular da filosofia, restringindo as iniciativas acadêmicas em prol do ensino de filosofia à manifestação estritamente apologética.

21 Cf. Rodrigo, 2004; Paschoal, 2013; Alves, 2016; Velasco; Martin, 2019.

Todos esses acontecimentos abrem os caminhos para uma nova problematização do campo do Ensino de Filosofia. Diferentemente dos anos 1990 e 2000, quando o tensionamento sobre o campo visava defender a criação de uma cultura filosófica em torno do ensino de filosofia, no contexto do final da segunda década de 2000, não se questionava a existência do campo de conhecimento, mas o seu estatuto epistemológico. Afinal, quais são as especificidades e as práticas que fazem do Ensino de Filosofia um campo de conhecimento autônomo? Velasco (2022) aponta a necessidade de debatermos o que temos constituído em nome do Ensino de Filosofia:

Dado que se trata de uma área de pesquisa extremamente recente, ao menos até aqui a preocupação maior daqueles e daquelas que se dedicam ao tema não era a de delimitar a área, mas a de construir este campo no fazer cotidiano, seja nas escolas e nos espaços não formais, seja na universidade. O amadurecimento e o volume crescente das pesquisas e das práticas, todavia, permitem-nos, nesse momento, debruçarmo-nos sobre o que temos feito e pensado e, por conseguinte, procurar identificar naquilo que foi efetivamente realizado, alguma especificidade (Velasco, 2022a, p. 6).

Na mesma época das indagações de Velasco, Tomazetti (2021) também transforma o campo do Ensino de Filosofia em objeto de problematização, a fim de avaliar como a didática da filosofia foi pensada nos discursos do Ensino de Filosofia. A autora suspeita que os avanços do debate brasileiro não significaram, necessariamente, o adensamento conceitual sobre a Didática da Filosofia; isso porque houve uma monopolização discursiva pelo registro disciplinar da Filosofia, ignorando os legados e os debates estabelecidos na área da Educação, no caso da Didática Geral²².

De maneira geral, essa problematização do Ensino de Filosofia foi importante para agenciar coletivamente um movimento acadêmico e político, nomeado como cidadania-filosófica do Ensino de Filosofia²³. Nesse movimento, pesquisadoras e pesquisadores da área entendem a importância de problematizar aquilo que se têm produzido nesse campo de conhecimento, a fim de cultivá-lo, de maneira epistemológica e institucional. No registro epistemológico, busca-se organizar diferentes investidas acadêmicas para pensar as especificidades e os pressupostos que ordenam as produções de saber no campo, como uma forma de cultivar esse território de pensamento e enriquecê-lo. Defende-se que o fortalecimento

22 Detalhes dos impactos da pesquisa de Elisete Tomazetti nas discussões sobre o Ensino de Filosofia são encontrados no texto de Rodrigues, Tomazetti e Velasco (2026).

23 A explicitação desse movimento se encontra em inúmeros artigos recentes que debatem o Ensino de Filosofia. É possível encontrar uma leitura histórica do movimento no artigo de Rodrigues, Velasco e Gelamo (2024).

do Ensino de Filosofia, principalmente diante dos acontecimentos históricos que forçaram a sua expansão, depende dessa convivência reflexiva e problemática entre pares. Na dimensão institucional, entende-se que a autonomia do Ensino de Filosofia depende também da conquista de direitos institucionais que outras subáreas da Filosofia e da Educação já possuem. Com o amadurecimento das pesquisas na área, defende-se que o Ensino de Filosofia é um campo de conhecimento autônomo, com regras e jogos de verdade próprios, construídos pelas práticas sociais de seus agentes (Bourdieu, 1983). Apesar de historicamente as investigações sobre o ensino de filosofia se produzirem *entre* os espaços institucionais da Filosofia e da Educação, as/os agentes do movimento se questionam se precisam continuar a se adequar às frestas institucionais da Educação e da Filosofia. Por que não criar um espaço específico do Ensino de Filosofia nas agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país? Por que não lutar por novas linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação do país, reconhecendo as especificidades próprias das pesquisas que já são desenvolvidas há algumas décadas?²⁴

Data-se o início desse movimento coletivo a partir da reunião de um subgrupo do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar em 2021. E sua última ação conjunta – que envolveu o GT Filosofar e Ensinar a Filosofar e a Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil) – foi a escrita do Dossiê “Ensino de Filosofia como área de pesquisa (1997-2025)”. Nesse documento, consta um histórico da emergência das pesquisas do Ensino de Filosofia e parte das realizações acadêmicas e institucionais feitas pelo movimento de cidadania-filosófica do Ensino de Filosofia. Além disso, há um mapeamento das produções na área: artigos completos publicados em periódicos, livros e capítulos de livros assinados por integrantes do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar; dossiês sobre o tema; teses e dissertações acadêmicas extraídas do Catálogo de Teses e Dissertações (BTD) da Capes; dissertações defendidas no âmbito do PPFEN e do PROF-FILO, coletadas das páginas institucionais dos referidos programas; dissertações defendidas em outros programas profissionais, por meio do BTD da Capes; grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq e revistas na área de Ensino de Filosofia. Compõe ainda o dossiê uma breve análise dos números de produções elencadas, a qual atesta a potência do campo e sua capilaridade em todo o território nacional.

24 A despeito do movimento de cidadania-filosófica (epistemológica e institucional), o Ensino de Filosofia ainda está longe de ocupar um lugar institucional em nossas universidades (cf. Velasco, 2026).

Em síntese, as diferentes iniciativas aqui retratadas foram tecidas acompanhando os acontecimentos que permearam a expansão acadêmica do Ensino de Filosofia a partir do retorno da filosofia à educação básica e apesar da precarização causada pela implementação da BNCC, levemente atenuada pela Lei 14.945/2024 (Bugs, 2024; Nascimento, 2025). Assim, a constituição do campo do Ensino de Filosofia, que era um desejo de pesquisadoras/es e professoras/es no início do século XXI, tornou-se uma realidade, sendo acolhido como uma problemática legítima de pesquisa filosófico-educacional. Ao que tudo indica, a problematização epistemológica e institucional do campo de conhecimento adquirirá novas camadas nos próximos anos, na medida em que o próprio debate se fortalece entre os pares – aguardemos, então, seus desdobramentos.

Para finalizar... um convite

Buscou-se, no presente texto, oferecer *uma* perspectiva histórica de leitura do modo como se constituiu, no Brasil, a problemática do campo do Ensino de Filosofia. A partir da recuperação de dois recortes cruciais das três décadas de existência do campo, procuramos mostrar que eventos de cunho tanto político-educacional quanto acadêmico fomentaram, primeiramente, a promoção de uma cultura acadêmica sobre ensino, aprendizagem e formação docente em Filosofia e, com ela, a criação de um campo de conhecimento; posteriormente, visando à consolidação deste campo, agenciou-se o movimento intitulado de cidadania-filosófica, com frente dupla e intimamente relacionada: o debate sobre o estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia e, igualmente, o reconhecimento institucional das pesquisas na área.

Sobre o estatuto epistemológico do campo, além da literatura previamente indicada neste artigo, deve-se fazer especial menção ao dossiê “As pesquisas sobre o Ensino de Filosofia no Brasil”, publicado em 2024 na Revista Educação e Filosofia (cf. Rodrigues; Velasco; Gelamo, 2024b). Os dois volumes do dossiê são uma amostra de como o debate do campo vem se instituindo entre os pares: (i) a partir de uma perspectiva histórica em que diferentes grupos se dedicam a pensar os acontecimentos históricos da área e a reconstrução das próprias pesquisas; (ii) a partir de uma perspectiva epistemológica em que se discute as especificidades discursivas das produções acadêmicas no campo.

Aspectos mais amplos relacionados à cidadania-filosófica, por sua vez, foram tratados na seção “Sobre os desafios – e os debates – à plena consolidação do campo do Ensino de Filosofia no Brasil” (Velasco, 2025), percorrendo, como o título sugere, sobre caminhos – teóricos e institucionais – a serem ainda percorridos: para o amadurecimento do debate coletivo da problemática do campo entre pares da comunidade acadêmica, para o fortalecimento da cultura acadêmica instituída em torno do Ensino de Filosofia, para a formação de novos quadros de pesquisadoras e pesquisadores da temática e para o almejado gozo institucional de um campo que, nascido nas frestas acadêmicas, espalhou-se pelas escolas, universidades e comunidade filosófica, constituindo-se como campo autônomo de conhecimento. Dentre esses desafios, cabe especial atenção para a seguinte questão: em que medida, pesquisas, estudos, seminários, fóruns de debate têm produzido efeitos significativos no dia a dia das aulas de filosofia em nossas escolas públicas? Que impactos as pesquisas que alicerçam nosso campo no Brasil, na atualidade, têm sobre a formação filosófica das jovens gerações que estão na escola?

Se não há dúvida entre os pesquisadores e pesquisadoras da área quanto a potência acadêmica do Ensino de Filosofia, é possível afirmar que os debates *internos* continuarão por muitos anos, criando novas camadas de problematização, seja abarcando alguns dos desafios acima mencionados, seja criando tantos outros que ainda não podemos imaginar. Por outro lado, também continuarão os debates *externos* com a comunidade filosófica mais ampla, mostrando que o ensino de filosofia na educação básica e a formação de professores são responsabilidades que exigem o empenho de toda a comunidade. Dito isso, fazemos um convite às/aos pesquisadoras/es da área e a toda comunidade filosófica para que participem desses debates em construção, cujos desdobramentos não impactam somente na cultura de pesquisa e formação na universidade, mas também na construção da educação filosófica no país.

Referências bibliográficas

ABEFil; GT Filosofar e Ensinar a Filosofar. *Dossiê “O Ensino de Filosofia como área de pesquisa (1997-2025)”*. Salvador, BA: 2025. Disponível em: [https://www.anpof.org.br/wlib/ckfinder/userfiles/files/Dossi%C3%AA%20%E2%80%99CO%20de%20Filosofia%20como%20%C3%A1rea%20de%20pesquisa%20\(1997-2025\).pdf](https://www.anpof.org.br/wlib/ckfinder/userfiles/files/Dossi%C3%AA%20%E2%80%99CO%20de%20Filosofia%20como%20%C3%A1rea%20de%20pesquisa%20(1997-2025).pdf)

[20Ensino%20de%20Filosofia%20como%20%C3%A1rea%20de%20pesquisa%20\(1997-2025\).pdf](#). Acesso: 30 maio 2026.

ALVES, D. J. “O ensino de Filosofia na educação escolar brasileira: conquistas e novos desafios”. In: TRENTIN, R.; GOTO, R. (Org.). *A filosofia e seu ensino: caminhos e sentidos*. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 35-51.

. “Metodologia da filosofia e do ensino de filosofia: tensões e confluências”. *EccoS – Rev. Cient*, São Paulo, n. 39, p. 41-53, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/6183>. Acesso: 30 maio 2026.

BENETTI, C. C.; TOMAZETTI, E. M. “Entrevista com o professor Silvio Gallo: O ensino de filosofia no novo cenário político brasileiro”. *REFilo - Revista Digital de Ensino de Filosofia*, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/23831>. Acesso: 30 maio 2026.

BUGS, J. D. V. “Uma breve história do Ensino de Filosofia no Brasil: alguns discursos em evidência”. *Problemata – Revista Internacional de Filosofia*, v. 15, p. 178-191, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/70227>. Acesso: 30 maio 2026.

BOURDIEU, P. “O campo científico”. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

CERLETTI, A. “Ensino da filosofia e filosofia do ensino filosófico”. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org). *Filosofia do Ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 61-69.

_____. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Tradução de Ingrid M. Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERLETTI, A.; KOHAN, W. O. *A filosofia no ensino médio: caminhos para pensar seus sentidos*. Trad. Norma Guimarães Azevedo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

DANELON, M. “Apresentação do dossiê”. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 22, n. 44, jul/dez, p. 15-22, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/1964>. Acesso: 30 maio 2026.

FÁVERO, A. A. “Filosofia na sala de aula: pela força da lei ou pela opção político-pedagógica da sociedade”. In: Piovesan, A.; EIDT, C.; GARCIA, C. B.; HEUSER, E. M. D.; FRAGA, P.

- D. (Org). *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002, p. 425-437. (Coleção Filosofia e Ensino, 2)
- FÁVERO, A. A.; RAUBER, J. J.; KOHAN, W. O. (Org.). *Um olhar sobre o ensino de filosofia*. Unijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.
- FÁVERO, A. A.; CEPPAS, F.; GONTIJO, P.; GALLO, S.; KOHAN, W. (Org.). “O ensino de filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais”. *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 64, p. 257-284, set. dez., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cjCfPXS6th5jS3Gcgqb3m3j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 30 maio 2026.
- GALLO, S. “Apresentação”. In: GALLO, S.; DANELON, M.; CORNELLI, G. (Org). *Ensino de Filosofia: Teoria e Prática*. Ijuí: Unijuí, 2004, p. 9-12.
- GALLO, S. “Prefácio”. In: Tomazetti, Elisete M. (Org). *Ensino de filosofia: experiências, problematizações e perspectivas*. Curitiba: Appris, 2015, p. 13-17.
- BENETTI, C. C.; TOMAZETTI, E. M. “Entrevista com o professor Sílvio Gallo: o ensino de filosofia no novo cenário político brasileiro”. *Revista Digital de Ensino de Filosofia – REFilo*. v. 2, n. 2, p. 99-109, jul/dez 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/23831>. Acesso: 30 maio 2026.
- KOHAN, W. O. “Prefácio à Edição Brasileira”. In: OBIOLS, G. *Uma introdução ao ensino de filosofia*. Tradução de Sílvio Gallo. Ijuí: Editora Unijuí, 2002, pp. 11-14.
- NASCIMENTO, C. L. L. “A carga horária destinada à filosofia nas redes estaduais: os impactos do novo ensino médio”. *O manguezal – Revista de filosofia*, v. 2, p. 1-36, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/omanguezal/article/view/23968>. Acesso: 30 maio 2026.
- PAGNI, P. A; GELAMO, R. P.; BROCANELLI, C. R.; SILVA, V. P. “Editorial”. *Educação em Revista*, Marília, v. 12, n. 1, p. 5-8, jan/jul., 2011. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/1541/1335>. Acesso: 30 maio 2026.
- PASCHOAL, Antonio Edmilson. “Da especificidade da filosofia ao seu ensino”. *R. NESEF Fil. Ens.*, Curitiba, v.3, n.3, p. 16-24, Jun./Jul./Ago. /Set. 2013. Disponível em: <https://educacao.ufpr.br/neseef/wp-content/uploads/sites/10/2018/10/v3daespecificidadedafilosofiaaoseuensino.pdf>. Acesso: 30 maio 2026.

PINTO, F. G.; PEREIRA, T. S. “Produtos educacionais de filosofia: a produção do mestrado profissional e seu contexto”. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 44, p. 108-132, jan.-jun. 2019. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/673>. Acesso: 30 maio 2026.

PINTO, F. G.; PEREIRA, T. S. “A produção educacional no campo do ensino de filosofia: lugares, sentidos e limites”. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 38, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/68031>. Acesso: 30 maio 2026.

RIBAS, J. E. *A Construção do Discurso do Ensino de Filosofia no Brasil: uma analítica acerca da constituição epistemológica do campo*. 2023. 325f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2023.

RIBAS, J. E.; TOMAZETTI, E. M. “Filosofia do Ensino de Filosofia: algumas provocações sobre a constituição epistemológica do campo”. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 38, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/68024>. Acesso: 30 maio 2026.

RODRIGO, Lidia Maria. “Aprender filosofia ou aprender a filosofar: a propósito da tese kantiana”. In: GALLO, S.; DANELON, M.; CORNELLI, G. (Org.). *Ensino de Filosofia: teoria e prática*. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, p. 91-99.

RODRIGUES, A. *Heranças político-filosóficas de ensinar e aprender filosofia: do campo do ensino de filosofia à trajetória formativa na Unesp*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024.

RODRIGUES, A.; GELAMO, R. P. “Ensino de filosofia: notas sobre o campo e sua constituição”. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 1-42, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/62439>. Acesso: 30 maio 2026.

RODRIGUES, A.; VELASCO, P. D. N. “O campo do Ensino de Filosofia em debate: notas sobre a emergência de um problema filosófico”. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*. João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 156-177, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/70251>. Acesso: 30 maio 2026.

- RODRIGUES, A.; VELASCO, P. D. N.; GELAMO, R. P. “Filosofia do Ensino de Filosofia: o debate da cidadania-filosófica a partir dos movimentos histórico-discursivos do campo”. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 38, p. 1-40, 2024a. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/68026>. Acesso: 30 maio 2026.
- RODRIGUES, A.; VELASCO, P. D. N.; GELAMO, R. P. (Org.). Dossiê “As pesquisas sobre o Ensino de Filosofia no Brasil: perspectivas sobre o campo”. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 38, 2024b. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/74958>. Acesso: 30 maio 2026.
- RODRIGUES, A.; TOMAZETTI, E.; VELASCO, P. D. N. “Glossário do Ensino de Filosofia: conceitos-chave para mapear a(s) história(s) e as especificidades do campo”. *REFilo – Revista Digital de Ensino de Filosofia*, v. 12, n. 1, 2026. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/94843>. Acesso: 30 maio 2026.
- TOMAZETTI, E. M. “Produção discursiva sobre o ensino e a aprendizagem filosófica”. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 46, p. 83-98, out/dez, 2012.
- TOMAZETTI, E. “Sobre modos, velhos e novos, de dizer sobre didática da filosofia desde a universidade brasileira”. In: RODRIGUES, A.; GELAMO, R. P. (Org). *Percepções sobre o ensino de filosofia: registros de um tempo e seus movimentos*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021, p. 53-86. Disponível em: <https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/labeditorial/catalog/download/280/3030/5267?inline=1>. Acesso: 30 maio 2026.
- TOMAZETTI, E. M. “A Didática da Filosofia no Brasil: história e perspectivas em foco”. *Problemata - Revista Internacional de Filosofia*, v. 15, n. 1, p. 215-228, 2024a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/70219>. Acesso: 30 maio 2026.
- TOMAZETTI, E. “A Didática da Filosofia no território universitário brasileiro”. In: OLIVEIRA, Damião Bezerra; BRITO, Maria dos Remédios (Org.). *Ensino de filosofia e seus problemas*. Belém: RFB, 2024b, p. 27-46. Disponível em: https://www.rfbeditora.com/files/ugd/baca0d_54bbfc664fd443c281d73940cc15feed.pdf. Acesso: 30 maio 2026.
- TOMAZETTI, E. M; BENETTI, C. C. “Editorial e apresentação”. *Revista Digital de Ensino de Filosofia – REFilo*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 1-6, jan/jun, 2015a. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/20899>. Acesso: 30 maio 2026.

TOMAZETTI, E. M.; BENETTI, C. C. “Exercício analítico de discursos: Fórum Sul de Coordenadores de Curso de Filosofia e Simpósio Sul-Brasileiro sobre o Ensino de Filosofia”. *Revista Sul-americana de Filosofia e Educação*. Brasília, n. 24, p. 68-84, mai./out./2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4741>. Acesso: 30 maio 2026.

TOMAZETTI, E. M.; RIBAS, J. E.; VELASCO, P. D. N. “Sobre Pesquisa na Área do Ensino de Filosofia: em torno de distinções conceituais”. In: MUNHOZ, A. V.; OLEGÁRIO, F.; RIBEIRO, I. W. (Org.). *Ensino, arquivo e docência*. Lajeado, RS: Univates, 2024, p. 154-166. Disponível em: <https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/427/pdf427.pdf>. Acesso: 30 maio 2026.

VELASCO, P. D. N. *Filosofar e Ensinar a Filosofar*: registros do GT da ANPOF – 2006-2018. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020. (ColeçãoS; 4).

VELASCO, P. D. N. “O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores e autoras”. *Pro-Posições*. Campinas, SP, v. 33, p. 1-26, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8671531>. Acesso: 30 maio 2026.

VELASCO, P. D. N. “Sobre a virada discursivo-filosófica do ensino de filosofia: o legado argentino e a problemática do campo”. *O Que Nos Faz Pensar*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 335-362, 2022b. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/924>. Acesso: 30 maio 2026.

VELASCO, P. D. N. “A BNCC e a BNC-Formação na perspectiva da Filosofia”. In: OLIVEIRA, D. B.; BRITO, M. R. (Org.). *Ensino de filosofia e seus problemas*. Belém: RFB, 2024, p. 13-26. Disponível em: <https://www.rfbeditora.com/files/ugd/baca0d54bbfc664fd443c281d73940cc15feed.pdf>. Acesso: 30 maio 2026.

VELASCO, P. D. N. “Associação Brasileira de Ensino de Filosofia (ABEFil): dos primeiros passos aos desafios à plena consolidação do campo”. In: CARVALHO, Z. J. V.; VALDÉRIO, F. (Org.). *Ensino de Filosofia e outras Humanidades: história, resistência, discussões*. São Paulo: Editora Dialética, 2025, p. 71-98.

VELASCO, P. “O (não) lugar do Ensino de Filosofia no contexto universitário brasileiro: notas de uma pesquisadora do campo”. In: LIMA, F. J. G.; DUTRA, D. V. (Org.). *A situação da filosofia no ensino superior brasileiro: diagnósticos, prognósticos e desafios*. Florianópolis: Néphi Online, 2026, p. 301-323.

VELASCO, P. D. N.; MARTIN, L. F. B. “Filosofia e método em Kant: para além da dicotomia entre aprender filosofia e aprender a filosofar”. In: VELASCO, P. D. N. (Org.). *Ensino de – qual? – Filosofia: ensaios a contrapelo*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019, p. 139-162. Disponível em: <https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/labeditorial/catalog/download/159/1416/2571?inline=1>. Acesso: 30 maio 2026.

VIESENTEINER, J. L. Editorial. *Sofia*, Vitória, v. 6, n. 3, p.1-4, jul/dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/19410>. Acesso: 30 maio 2026.

WUENSCH, A. M. “Apresentação à edição brasileira”. In: CERLETTI, A.; KOHAN, W. O. *A filosofia no ensino médio: caminhos para pensar seu sentido*. Trad. Norma Guimarães de Azevedo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 19-22.